

PMDB: Sociedade não fechou questão

O jornalista Fernando Tolentino, secretário-geral do PMDB-DF, encara com reservas a afirmação de que um Congresso com poderes constituintes desagrade à sociedade civil. As entidades que se manifestaram claramente contra essa proposta de Constituinte, segundo ele, foram apenas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em Brasília, continua Tolentino, nos contatos que o PMDB manteve com sindicatos, associações de moradores e entidades profissionais, não se constatou nenhuma posição fechada da sociedade civil contra a Constituinte parlamentar. "Ao contrário, o que existe é uma grande curiosidade parlamentar. "Ao contrário, o que existe é uma grande curiosidade a respeito" diz Fernando Tolentino.

Quanto à participação das lideranças populares no processo

político, o secretário-geral do PMDB-DF afirma que todos os presidentes de sindicatos e associações comunitárias estão ligados a um ou outro partido, quando não são filiados. A única exceção, segundo Tolentino, é o líder dos comerciários, José Neves, que vem-se mantendo apartidário esses anos todos.

A influência do poder econômico também preocupa o PMDB-DF, continua o secretário-geral, que aponta um favorecimento desse poder não pelo número limitado de candidatos, mas sim pela falta de uma representação política local. Nos demais Estados, os vereadores e deputados estaduais funcionam como articuladores da representação popular, fazendo campanha para os deputados federais e senadores com os quais mantêm dobradinhas. No caso de Brasília, a falta dessa rede de apoio aos candidatos valoriza ao máximo a propaganda eleitoral, favorecendo aqueles que podem arcar com os custos elevados de car-

tações, out-doors, camisetas, etc.

"O povo será o grande beneficiado", afirma o suplente de deputado Paulo Xavier (PFL-PB), ao defender uma Constituinte integrada por parlamentares. "Teremos uma Constituição feita por quem entende de leis, pelos especialistas no ofício. Uma Constituinte exclusiva seria uma grande improvisação, e produziria uma Constituição pela metade". Xavier, um dos principais porta-vozes do PFL-DF, acredita que essa opção do Congresso valoriza também os partidos, como representantes da vontade popular e canal adequado para a reorganização jurídica do País.

Paulo Xavier não receia retaliação nas urnas contra os partidos da Aliança Democrática, devido à rejeição da Constituinte exclusiva. Ele entende que o Congresso não pode ficar indiferente aos anseios populares, e a sociedade civil será consultada a cada momento, pelos parlamentares que integrarão a futura Constituinte.